

16 NOV 1992

p.2 econ.

O new deal brasileiro

ESTADO DE SÃO PAULO

"A inflação é diabólica porque destrói as realidades e mantém as aparências"

André Maurois

ARNOLDO WALD

No momento em que um novo governo assume o comando do País, cabe relembrar que o maior fator de perturbação que continua a abalar a sociedade brasileira é a inflação, pois, quando mantém, por longo tempo, níveis de mais de 20% por mês, não há indexação que possa assegurar a estabilidade social e econômica. E ficou evidenciado que a falta de indexação, por si só, não é o remédio adequado, sendo a correção monetária uma necessidade enquanto mantido o atual ritmo de depreciação da moeda.

Já se disse que a hiperinflação se caracteriza quando não só a moeda de pagamento, mas também as moedas de conta perdem a confiança do público. É o momento no qual a moeda deixa de ser instrumento de troca, ensejando o comércio pacífico e construtivo entre as partes, para transformar-se em elemento de desconfiança, quicá de violência, como reconhecem, em obra recente, dois au-



tores franceses.

Na realidade, a inflação brasileira, seu crescimento em 1989/1990 e sua manutenção em 1991/1992 não podem ser atribuídos nem à dívida externa — que não estava sendo paga — nem à dívida interna — que continua crescendo em virtude da depreciação da moeda. As suas causas estavam evidentemente na situação política, na falta de credibilidade do Poder Público e na exagerada atuação do Estado. Há, hoje, um consenso, tanto nas áreas da esquerda, como nas da direita, no sentido de reconhecer que ocorreu um injustificado e descabido gigantismo, uma hipertrofia do Estado, que passou a onerar a sociedade, pelo excesso de sua atuação e de sua regulamentação onipresente.

Assim sendo, a luta contra a inflação se confunde com a batalha pela redução do papel do Estado em benefício da sociedade como um todo. Este combate, num clima democrático, exige a formação de uma verdadeira união nacional para que desapareçam todos os focos da inflação, inclusive os ligados aos cartórios, aos cartéis e aos chamados "interesses consolidados" ou corporativistas. Não bastam, no caso, nem o planejamento econômico nem a decisão política, se não houver uma mobilização nacional em favor de uma reforma modernizadora, que acabe com o coronelismo de outrora e a megalomania da máquina estatal. Impõe-se o

sacrifício de cada um, na sua área de atuação, ultrapassando e vencendo o chamado "complexo de Gerson", para implantar uma nova visão construtiva dos problemas e das soluções a médio e longo prazos, por parte de todas as camadas da sociedade.

A tensão que surgiu na vida do nosso país não admite mais a filosofia dominante há cerca de duas décadas, segundo a qual era preciso crescer primeiro, para, em seguida, distribuir mais adequadamente os frutos do progresso. Chegou a hora de um verdadeiro novo pacto social — eventualmente induzido pelo Estado, mas não necessariamente comandado por ele —, que concilie a redução da atuação do Poder Público e da tecnoburocracia e o fortalecimento da iniciativa privada, mediante a adoção de um programa de um capitalismo responsável (em oposição ao selvagem de outrora), com preocupações e soluções no plano econômico e social, numa visão que englobe o curto, o médio e o longo prazo.

A luta contra a inflação deve deixar de ser travada, principal ou exclusivamente, contra as suas consequências — como ocorreu nos últimos anos — para alcançar as suas causas, redimensionando, para diminuir as suas funções, o Estado e deslocando, para a sociedade e para a empresa, atividades hoje malgeridas pelo Poder Público, com enorme custo e desperdício para a Nação. Assim sendo,

o aparente problema econômico conjuntural se transforma em político e estrutural, significando, na realidade, uma mudança de sociedade e de mentalidade, tanto das classes dirigentes, ou elites, como dos demais participantes da nova sociedade que se pretende criar, da sociedade pós-inflacionária, moderna, na qual o Estado modesto substitui o Estado megalómano que criamos desde há mais de meio século, e que já produziu os seus frutos e viu exaurido o seu modelo, tanto no Brasil como no Exterior.

Embora com finalidades distintas e em outro contexto, a nova sociedade que se pretende ver surgir deve decorrer de um verdadeiro new deal, com um pacto que pode ter certa analogia com o que se firmou nos Estados Unidos, após a crise de 1930, com o advento da política de Roosevelt e a criação de um novo equilíbrio socioeconômico. A diferença consiste em que, há 60 anos, cabia reforçar o Estado e, hoje, devemos, ao contrário, limitar a sua atuação, fortalecendo a sociedade e as empresas. Estas é que devem assumir funções atualmente exercidas inadequadamente pelo Estado, a fim de restabelecer, pela descentralização, um equilíbrio entre as necessidades de eficiência e os imperativos da democratização política, econômica e social do País.

■ Arnaldo Wald, advogado, foi presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).